

# Comunicação nas eleições e regulação da mídia, por Rosane Bertotti

**(FNDC, 31/10/2014)** *A militância venceu. A verdade venceu. A força popular foi maior. Mas até quando os setores progressistas resistirão à correlação desigual de forças? A Comunicação precisa passar por duas iniciativas principais se os setores progressistas quiserem continuar avançando em termos políticos e democráticos.*

A atuação das mídias nas eleições 2014 mostrou claramente o papel central da Comunicação no processo democrático de um país. Ela consegue, entre outras coisas, fortalecer um poder estabelecido, construir simbologias e estabelecer significados compartilhados na sociedade. Ela, na clássica concepção funcionalista, de cima para baixo, ou na nova concepção de redes - horizontal - pode pautar e discutir assuntos na sociedade. Ou, ainda, contrapor.

Nesta eleição, a batalha entre informação e desinformação dominou o terreno da política.

De um lado da disputa, veículos alinhados historicamente às elites e ao capital financeiro se portaram como porta-vozes daqueles que tinham no candidato neoliberal a sua esperança de livre mercado. No afã de colocá-lo na presidência, romperam com a ética jornalística, com o compromisso público com a sociedade e se prestaram a uma tentativa vil de atacar a presidenta. Onde deveria imperar a disputa de projeto, a oposição se empenhou na criação de factóides, no desrespeito pessoal e em promover situações de incitação ao preconceito e ao ódio - que tem consequências muito mais profundas no tecido social do que em uma simples corrida eleitoral.

O ápice do ataque perpetrado pela mídia foi a atuação da já desacreditada Revista Veja, que antecipou sua edição às vésperas da eleição para publicar uma matéria sem provas ou fundamentos, acusando a presidenta de envolvimento com corrupção. Nem mesmo a matéria confirma a afirmação e a credibilidade da revista é tão baixa que não houve repercussão em outros órgãos da grande mídia.

De outro lado da disputa, os movimentos sociais, sindicais e a população não condescendente com a atuação da mídia na corrida eleitoral se contrapuseram fortemente às informações passadas pela grande imprensa, que, acostumada a se comportar como um quarto poder, ainda acredita ser a única voz ecoando na sociedade. Com a força da internet, das redes sociais e da mídia independente, os setores de esquerda argumentaram organizadamente para desconstruir as sequenciais mentiras plantadas contra a candidata.

A militância venceu. A verdade venceu. A força popular foi maior. Mas até quando os setores progressistas resistirão à correlação desigual de forças? A Comunicação precisa passar por duas iniciativas principais se os setores progressistas quiserem continuar avançando em termos políticos e democráticos.

A primeira é a regulação da mídia. A segunda, a expansão da Internet. Ambas contam com propostas da presidenta eleita.

Durante a campanha, a presidenta Dilma se referiu à regulação econômica da mídia como uma

das principais bandeiras de seu novo governo. Como um setor dos mais importantes - seja do ponto de vista econômico, cultural ou político -, o setor de radiodifusão necessita de medidas que garantam o foco de suas ações voltado para o interesse público, acima do interesse dos acionistas da empresa. Apesar de pequena, é uma sinalização de que algo, finalmente, será feito.

A Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) já sinalizava, em 2009, a organização da sociedade em torno desta luta. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) tem histórico na luta pelo equilíbrio da mídia e acreditamos que há mais a ser feito do que a simples regulação econômica. É preciso regulamentar os artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal; garantir pluralidade regional na produção de mídia; combater o monopólio midiático; eliminar a propriedade cruzada dos meios de Comunicação; basear as concessões de TV no interesse público, sempre lembrando que as empresas de radiodifusão ocupam, sim, espectros públicos.

O Projeto de Lei de Mídia Democrática, o FNDC e a Campanha Para Expressar a Liberdade são símbolos desta batalha pela Comunicação de qualidade, e há anos lutam pelo prevalectimento do interesse público.

Há, ainda, a luta pela expansão da Rede Banda Larga, que busca garantir a universalização do acesso e o espaço plural e democrático para a produção de conteúdo.

Respaldada pela aprovação do Marco Civil da Internet e o conceito de neutralidade da rede, a Internet vem se consolidando como um meio democrático de consultas populares, organização militante e, porque não, de aprofundamento democrático. Apesar da batalha pelo Marco ainda não estar ganha - o FNDC luta pela regulamentação da Lei e, ao ser regulamentada, lutará pela sua efetiva implementação - ela pode ser fortalecida e acompanhada pela atuação na rede.

Para garantir a atuação na rede, um passo fundamental é garantir que cidadãos de todo o Brasil tenham acesso a ela.

Durante o evento Diálogos Conectados, realizado em parceria com movimentos sociais da Comunicação, a presidenta Dilma propôs a possibilidade de extensão da infraestrutura de Internet Banda Larga a 80% do território brasileiro, no período de 4 anos. Ao justificar a ausência dos outros 20%, a presidenta salientou a necessidade de construção de satélites e outras infraestruturas que, pela complexidade, custo e tempo, não ficariam prontas no período de um mandato. Mas garantiu o cumprimento da expansão da Banda Larga.

Com essas duas medidas iniciais - regulação da mídia e expansão da Rede banda Larga - os movimentos conseguem, minimamente, disputar com mais equidade a correlação de forças na sociedade. É apenas o primeiro passo para a conquista de muitos outros avanços, mas é chegada a hora. O processo de discussão pela democratização é mais urgente do que nunca.

A militância tem função fundamental neste processo. Ela tem o poder de pressionar o governo, o Estado e as instituições, além de esclarecer a população sobre o que significa a disputa em curso. Precisamos articular a sociedade para que a luta árdua pela Democratização das Comunicações seja popularizada, para que a desinformação em torno do tema seja esclarecida e para que, cada vez mais, haja união na luta.

Quem organiza e luta, vence. A sociedade, organizada, vencerá.

*Rosane Bertotti, secretária de Comunicação da CUT e coordenadora do FNDC*

**Acesse no site de origem:** [Comunicação nas eleições e regulação da mídia, por Rosane Bertotti \(FNDC, 31/10/2014\)](#)